

Caio Pinheiro Teixeira

# Ditadura

## Uma visão *Global*

Monografia de conclusão do curso de graduação em História apresentada pelo aluno Caio Pinheiro Teixeira sob orientação do professor Dr. Ronaldo Pereira de Jesus pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Maiiana, Junho de 2005

## Sumário

Agradecimentos.....	3
Introdução.....	4
1.Ponderações iniciais.....	6
2.Numa calma manhã de abril.....	10
3.Mídia?.....	23
4.Interpretações sobre a Ditadura.....	32
5.Trajectoria histórica.....	42
6. <i>Tupi or not tupi?</i> .....	50
Conclusão.....	58
Bibliografia.....	60

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais, Tânia Pinheiro Teixeira e Carlos Henrique Araújo Teixeira, pelo apoio e amor nunca ausentes, à minha irmã, Carla e à minha avó Victória.

Agradeço aos companheiros com quem morei nesses tempos de graduação: Arnaldo, conselheiro e parceiro de todas as horas, Leandro, pela amizade, Alan, pela loucura e Chico, pelas cachaças.

Aos amigos de Volta Redonda e, em especial pela ajuda na execução desta pesquisa, ao Danilo.

Devo gratidão também à outras pessoas que fizeram parte da minha trajetória e sem as quais eu não seria quem sou: Alexandra, Magali, Mariana, Maria Clara, Maria Angélica, Bigorna, Salgadinho e a outros que a memória não permite lembrar.

Ao prof.dr. Ronaldo, meu orientador, e amigo. A prof<sup>ª</sup>. Rosana pela ajuda nos últimos tempos.

A Danielle por ter me feito -sorrir novamente e pela companhia presente, mesmo que à distância.

E a você pela paciência de ler isso.

## **Introdução**

O presente trabalho, como qualquer outra pesquisa histórica, partiu de uma preocupação com o presente. Qual o papel da mídia em nossa sociedade? Cada vez torna-se efetiva a participação da mídia na vida política nacional. Nos últimos anos vimos presidentes foram eleitos e derrubados em função do apoio ou oposição dos grandes grupos de mídia. Tentar entender um pouco da história, do surgimento e da consolidação desses grandes grupos midiáticos pode ajudar-nos a esclarecer o verdadeiro papel da mídia atualmente.

Pretende-se aqui estudar, durante os primeiros anos da ditadura militar pós-64, o discurso do periódico O Globo e seu posicionamento político frente ao regime ditatorial. O recorte temporal atende a duas preocupações fundamentais: tem seu início no dia dois de abril de 1964, data da primeira edição do periódico que circulou após o golpe; e encerra-se no dia 13 de dezembro de 1968, data da promulgação do Ato Institucional nº 5, quando a censura à mídia radicalizou suas posturas. O periódico O Globo foi sabidamente um dos jornais que se posicionaram a favor do regime ditatorial. A intenção é entender como esse apoio foi construído ainda nos primeiros anos do regime ditatorial.

Outra preocupação desta pesquisa é identificar como o periódico entendia o que era o Brasil e sua concepção de identidade nacional. Utilizar-se-á aqui a proposta teórica do historiador Carlos Fico, que tenta identificar algumas tendências de longa duração, e suas reincidências, nas visões de Brasil construídas ao longo de séculos.

## 1. Ponderações iniciais

Antes de darmos início à explanação das questões propriamente relativas à História de *O Globo* e da ditadura cabe algumas considerações sobre a metodologia empregada no tratamento das fontes utilizadas nesta pesquisa, a saber, o discurso do jornal *O Globo* no período de 1º de Abril de 1964 a 13 de dezembro de 1968.

Acreditamos, dado o alto grau de subjetividade inerente ao discurso de um jornal em questão, não ser conveniente a utilização de um método de coleta que desse privilégio a uma análise quantitativa dos dados. Transformar em números as ideias veiculadas por um jornal - tipo X% das matérias se referiam ao comunismo, Y% às vocações inatas do povo brasileiro - seria reduzir demais um problema bastante complexo. A subjetividade, indelével a este tipo de fonte, não deve ser encarada como um problema a ser extirpado, mas como uma questão a ser entendida. A preocupação será, para além de quaisquer índices, entender a concepção do jornal *O Globo* dos problemas vividos pela nação e problematizá-la através da perspectiva criada por Carlos Fico, que será discutida mais a frente.

No intuito de atender esta demanda produziu-se dois instrumentos de coleta de dados, o primeiro para proceder à análise da capa do periódico e o segundo para a análise das matérias do jornal dedicadas às questões econômicas e políticas de âmbito nacional. Na capa de um jornal aparecem as principais notícias veiculadas naquela edição. Para cada uma das notícias trazidas na capa, a fim de recolher somente os dados que estão na capa do periódico e não os dados da notícia completa que se encontram dentro do periódico, abre-se uma ficha que contem os seguintes campos:

1. *Título*, dedicado à manchete da notícia em questão;
2. *Resumo*, quando a manchete vem acompanhada de algum comentário ou explicação sobre a notícia. Extraí-se dele um breve resumo da idéia principal;
3. *Fichamento*, dedicado à transcrição de quaisquer frases que bem ilustrem o tema central;
4. *Tamanho e Local*, dedicado á traçar, comparativamente às outras notícias da capa, o tamanho e a posição da notícia e, por consequência, derivar disto a importância dada pelo periódico a cada uma das notícias. Não se pretende utilizar estes dados para comprovação definitiva de que o periódico dava mais importância a uma ou outra questão, estes campos devem serão utilizados muito mais de forma ilustrativa que comprovativa;
5. *Data*, correspondente à data da edição;

6. *Principal*, que indica qual é a notícia em destaque na capa da edição.

O segundo instrumento elaborado trata de cada uma das notícias e tem os mesmos itens que o primeiro instrumento, exceto *principal*, além dos que se seguem:

1. *Autor*, que indica quem é o editor-chefe responsável pela publicação da edição;

2. *Tema*, dedicado a indicar quais os elementos utilizados no discurso do jornal de acordo com o arcabouço teórico delimitado;

3. *Elementos*, que corresponde a cada um dos elementos tratados pelo jornal que mereçam destaque e aos quais o item *tema* não conseguiu abarcar devido sua diversidade. Uma mesma matéria pode se referir à diversos assuntos.

Este trabalho de seriamento dos dados pode sugerir, ao contrário do acima proposto, quantificação da fonte em questão. O que é falso já que os jornais recolhidos para a pesquisa são somente os de algumas efemérides, como feriados pátrios, dias de posse de presidentes e alguns domingos de cada ano. Foram selecionados os jornais do 1º domingo de cada mês dos anos pesquisados. E também, os jornais das datas consideradas referenciais: o dia do golpe (31/03/64), o dia de posse no cargo de presidente da república de Arthur da Costa

e Silva (15/03/67), o dia da promulgação da constituição (24/01/67), o dia do decreto do AI-5 (13/12/68), e, durante os cinco anos do período, os dias de comemoração do aniversário de morte de Tiradentes (21/04), do descobrimento do Brasil (22/04), da Independência (07/09), e da proclamação da república (15/11). De acordo com a necessidade foram utilizados também jornais de dias anteriores ou posteriores aos das datas referencias, desde de que apresentem correlação entre suas edições.

## 2. Numa calma manhã de abril

Até que ponto a subjetividade do historiador interfere (ou distorce) e afasta seu discurso da realidade de seu objeto? Como muitas outras questões teórico-metodológicas ligadas à História, não há nenhum consenso acerca das soluções apresentadas para mediar as relações entre sujeito e objeto do conhecimento. Convidaremos, portanto, o leitor a acompanhar, antes de nos determos propriamente na análise histórica de nosso objeto, uma breve explanação sobre alguns problemas do processo de construção do conhecimento histórico relativos à execução desta pesquisa.

Algo que nos parece claro e que aqui pode ser tomado como premissa é que todo discurso é, acima de tudo, um discurso político. E, se é político, logo toma partido, mesmo que de forma velada. Dado o conflito político configurado na década de 60 do século passado, não há dúvida sobre qual foi o posicionamento político adotado pelo jornal *O Globo*. O periódico firmou pé ao

lado dos setores da direita golpista, fiel a um compromisso de classe com a burguesia a que pertencia. Podemos dizer ainda que todo e qualquer discurso é configurado sob abrigo da ideologia e da maneira particular com a qual seu emissor encara a realidade. Portanto, o discurso de *O Globo*, desnecessário dizer, é um discurso político articulado sob os auspícios e, logo, partidário de uma ideologia burguesa cristã - entre inúmeros outros adjetivos que se poderia aqui elencar. Entretanto, além da posição de classe e ideológica a que nos referimos deve-se atentar a outras questões. Existe, e o discurso de um veículo de comunicação de massa não foge a esta regra, a possibilidade do emissor deturpar e rearranjar a realidade em seu discurso com algum grau de autonomia. O problema para o qual buscamos solução pode ser formulado nos seguintes termos: pode, a subjetividade de um discurso (em nosso caso, o discurso do periódico *O Globo*), ser interrogada e submetida ao escrutínio do historiador a ponto de, a partir desta relação, resultar um conhecimento minimamente objetivo? Ou: o que fazer para compreender o que é, em um discurso, legitimamente ideologia e o que é deliberada manipulação da realidade? Obviamente não resolveremos este problema, nossa pretensão não é de tal monta. Queremos apenas, e o faremos através de um exemplo hipotético, deixar claras as dificuldades oferecidas por um trabalho desta natureza.

O cidadão que no dia 2 de abril de 1964, saísse, desavisado, à tarde pelas ruas do Rio de Janeiro e, por ventura, parasse numa banca de jornais

felicitar-se-ia com o título do editorial que se encontrava na capa da edição de *O Globo* (a primeira edição que circulou após o golpe de Estado, já que a edição do dia primeiro foi impedida de circular pelos militares<sup>1</sup>): “Ressurge a democracia”. Não se pode esperar que nenhum dos atores envolvidos no processo em questão pudesse ter idéia exata de quais seriam os caminhos da “revolução” (de revolução nomearam os militares e seus partidários o golpe de 1964). Entretanto, parece no mínimo exagerada a afirmação “Ressurge a democracia”. O que viria a partir de então? O poder seria, em pouco tempo, devolvido aos civis como uns acreditavam? Ou, como outros temiam, instaurar-se-ia um regime de caráter ditatorial e autoritário? De fato, o futuro não é dado a ninguém conhecer. Mas como saber se afirmações como esta são manipulações de interesses taciturnos? Até que ponto se pode atribuir a um discurso algo nele manifesto de forma não explícita? É na busca de contra-provas com fontes diversas, além do jornal, e sob a crença que a resolução deste problema se dá na análise particular de cada caso, dá-se início este estudo. Parece plausível inferir que, já no dia 2 de Abril de 1964, se atento aos fatos, era possível avaliar que a democracia não renascia naquele momento.

Além de atentos a estas questões, dedicar-nos-emos, principalmente, ao estudo dos elementos que conformam o discurso do periódico atentos a suas reincidências históricas, tais como propostas por Carlos Fico.

---

<sup>1</sup> O Globo. *A violência contra “O Globo”*. Capa, 2-4-1964.

Retomemos a companhia do cidadão, importante que se diga, hipotético e típico membro da classe média carioca. A esta altura, enquanto nós perdidos em pendengas teóricas, o cidadão já estava à beira da praia de posse de uma edição do *O Globo* que acabara de adquirir. Estava curioso para saber o que se passara com esta tal de democracia referida no título editorial, da edição que era do dia 2 de abril de 1964, e que tanto lhe havia chamado atenção. O texto do editorial segue:

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a nação em seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.(...)

Uma vez mais o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.<sup>2</sup>

Dado o tom exaltado com que este editorial trata o golpe devemos, mais uma vez, abandonar, o cidadão carioca à sua leitura à beira-mar e nos dedicar a atividades menos lúdicas. E interessante como este excerto consegue ser exemplar de boa parte da principal hipótese aqui testada: enquadrar *O Globo* numa tendência de longa duração que forneceu, tanto ao governo militar quanto

---

<sup>2</sup>O Globo. *Ressurge a democracia*. Capa, 2-4-1964.

ao periódico, os componentes que deram liga à suas visões de Brasil e de seus problemas e soluções <sup>3</sup>.

Tentaremos neste trabalho entender o discurso do jornal *O Globo* através do arcabouço desenvolvido por Carlos Fico em *Reinventando o Otimismo*. Fico tenta identificar uma série de elementos reincidentes nos discursos de determinados grupos da sociedade desde o “descobrimento” do Brasil. Trata-se de uma série de noções que foram historicamente criadas que valorizam a exuberância natural do Brasil, a docilidade de seu povo, e seu destino manifesto ao desenvolvimento, entre outras coisas. Para tanto, Fico traça, ao estudar as concepções e visões de Brasil, historicamente construídas pela intelectualidade, algumas linhas gerais que norteiam e dão sentido a essas visões, identificando três tendências que sempre configuram a visão dos intelectuais sobre o Brasil. Diante das expectativas em relação ao sucesso do Brasil os problemas que impedem a efetivação do destino ao desenvolvimento da nação se organizam em torno das idéias de:

1) Necessidade de “correção de rota” para que o país se “ajustasse” e enfim pudesse crescer e ocupar o lugar que sempre lhe competiu: a figuração entre os grandes países do mundo. Em outras palavras, existe uma tendência de longa duração que tende a eleger um ou outro tema como o grande problema do

---

<sup>3</sup> Segundo Carlos Fico, “aquilo que até hoje é percebido como o repertório de imagens e idéias que definem o Brasil começou a se plasmar - pode-se dizê-lo - em termos gerais entre a Independência e as

país. Complementar a esta, configura-se outra tendência que define, além do grande mal que assola o país, a sua solução. A resolução deste problema seria, por conseguinte, a resolução de todos os problemas do país;

2) A idéia de que o país passaria por uma “crise moral”. Esta noção associa os problemas pelos quais passa o país à noção de que os indivíduos que compõem a sociedade brasileira - ou parte deles - sofreriam de certos desvios de caráter. “Tal expectativa valoriza especialmente a noção de solidariedade”.<sup>4</sup> Importante notarmos que a acusação de falta de solidariedade e falta de senso de bem comum varia de acordo com a ideologia do acusador. A ideologia burguesa da sociedade da década de 60 valorizava, entre outras coisas, o trabalho como o bem comum que levaria o país ao desenvolvimento; os comunistas valorizavam a luta pela revolução. Dessa forma, alguns grupos da sociedade sempre elegem outros a assumirem o cargo de não-contribuinte para o bem comum da nação. Ora a preguiça, ora a promiscuidade do povo, ou, ainda, os comunistas que “com furor iconoclasta destruíam tradições, ídolos ou patronos e tudo o que era orgulho para a nacionalidade”<sup>5</sup>, enfim, os temas responsáveis pelas mazelas da nação são diversos.

---

décadas seguintes do século XIX.” FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo; ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1997. p. 28.

<sup>4</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1997. p. 43.

<sup>5</sup> O Globo. *Os caminhos tenebrosos de Goulart e Leonel Brizola*. p. 7, 18-4-1964.

3) Uma certa preocupação com a “imagem externa”, pode-se dizer a preocupação com a imagem do país no exterior. A vista de nossos objetivos, devemos destacar duas idéias gerais que dão forma a esta tendência. Primeiro, a preocupação com a profusão e aceitação dos demais países de noções que maldizem a nação brasileira como, por exemplo, as que destacam o brasileiro como preguiçoso. E, depois, a pretensão que parece nutrir alguns setores da sociedade brasileira em classificar o Brasil como principal país política e economicamente da América Latina.

Definidas, em termos gerais, as tendências de longa duração que nos pautamos neste trabalho, podemos retornar ao periódico para testarmos nossas premissas. Os elementos apresentados pelo editorial do dia 2 de abril de 1964 (supracitado) são claros e exemplares para nossos fins. O executivo federal, durante o governo Goulart, havia sido “envolvido pelos vermelhos” atentando contra “os anseios nacionais de paz, a tranquilidade e progresso”. Entretanto, as Forças Armadas, apoiadas pela “[Providência Divina] chamaram para si a tarefa de restaurar a nação em seus direitos”. A partir deste momento a panacéia para os problemas do Brasil está posta: a Revolução de Março afastando a crise moral que atentava contra os valores éticos e morais do Ocidente cristão. As noções de “crise moral” e “correção de rota” ganham forma única. Pode-se dizer que se trata da mesma coisa.

Estas idéias todas vêm revestidas da carapuça ideológica dos grupos que se identificavam com o regime militar. Quais sejam, a valorização da idéia de trabalho e progresso sob juízo da “Providência Divina”, a religião católica.

Podemos, ainda baseados neste editorial demarcar uma primeira tendência geral que configura o discurso do periódico: o anticomunismo. E aqui nota-se a demarcação de uma nítida oposição entre os comunistas, corruptos e imorais, e os militares, a panaceia da vez. Uma sequência de reportagens publicadas nos dias 16 e 18 de abril de 1964 pode nos servir exemplarmente. Na reportagem principal da capa da edição do dia 16 de abril: “o Senador Moura Andrade [então presidente do Senado] declarou que pela primeira vez um Presidente da República, ao empossar-se no cargo, entrega ao Presidente do Congresso, sua declaração de bens”.<sup>6</sup> O assunto é retomado no editorial da edição do dia 18 de abril:

Um dos momentos mais empolgantes da solenidade de posse (...) foi aquele em que o Senador Auro Moura Andrade comunicou [que o Presidente e vice] (...) haviam apresentado suas declarações de bens (...). A administração pública não pode mais servir de caminho para o enriquecimento ilícito de pessoas que, sem jamais terem apresentado fonte de renda, dispõem hoje de fortunas incalculáveis.<sup>7</sup>

As capas das duas edições reiteram a honestidade do Presidente Castelo Branco e de seu vice, José Maria Alckimin, provada pelo fato de esses terem

---

<sup>6</sup> O Globo. *Vibração popular na posse do Presidente*, p. 5, 16-4-1964.

entregado ao presidente do Senado suas declarações de bens. A prova da honestidade de uns vem sempre em oposição à desonestidade dos comunistas e dos que se envolviam com os vermelhos. Os inimigos imediatos eram o ex-presidente João Goulart e seu sogro Leonel Brizola. Na sétima página da mesma edição<sup>8</sup> encontramos uma coluna escrita por um militar. O texto diz que ambos “havam conquistado imenso poderio e enriquecimento no regime democrático”<sup>9</sup> e puseram esses ganhos a serviço dos comunistas. A categoria que bem explica este tendência é o maniqueísmo, no qual vemos sempre o bem em oposição ao mau.

Devemos dar atenção especial a três personalidades que aparecem com alguma frequência, nesses primeiros meses de governo militar, nas páginas de *O Globo*: João Goulart, Leonel Brizola e Carlos Lacerda. O estudo desses indivíduos se justifica, não por eles constarem das páginas do periódico com maior frequência que outros, mas pelo fato de através do entendimento da trajetória desses indivíduos nas páginas do jornal termos a possibilidade de delimitarmos a trajetória do próprio *O Globo*. Às figuras de Brizola e Goulart pouco é necessário acrescentar, eram eles os responsáveis pela subversão comunista infiltrada no poder. Brizola sempre encarna a idéia do homem que

---

<sup>7</sup> O Globo. Sem título. Capa, 18-4-1964.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> O Globo. *Os caminhos tenebrosos de Goulart e Leonel Brizola*. p. 7, 18-4-1964.

estava a serviço do comunismo internacional e Goulart o ingênuo que foi dissuadido pelos vermelhos.

Carlos Lacerda, conhecido anticomunista, deu apoio às motivações golpistas desde antes de sua execução. O jornal *O Globo* dava apoio político a Lacerda. Com o golpe muitas das lideranças civis estaduais que haviam dado apoio aos militares foram relegadas. Lacerda de aliado político se tornou em poucos meses inimigo. As consequências disto foram importantes. O governador foi um dos principais depoentes na CPI que averiguou os contratos de firmados entre a *Rede Globo* e o grupo estadunidense *Timelife Bwadcast Internacional Inc.*, comentados adiante.

No que diz respeito à tendência de longa duração aqui posta em xeque, já se demarcam duas das três categorias inicialmente expostas e que acompanham o discurso do jornal *O Globo*, bem como acompanham a imagem de Brasil feita posteriormente pela ditadura (com a criação das agências de relações públicas): as noções de “correção de rota” e de “crise moral” que aparecem neste caso intrinsecamente ligadas, se completam e se opõem, de uma só vez. Aqui a crise moral é o grande mau a ser extirpado. A terceira das noções também pode ser percebida, assim como as duas primeiras, já no primeiro mês do governo ditatorial. O editorial do dia 22 de abril de 1964 veio preocupado em resolver um problema que se configura em torno da nomenclatura correta para se designar as mudanças ocorridas no poder estatal de então: tratava-se somente de um golpe ou

de uma revolução? Para o periódico não havia dúvidas, “há muitas maneiras de se denegrir a revolução que resultou do movimento revolucionário de 31 de março, e uma delas é a de dizer que não foi uma revolução, e sim, um golpe da direita, de inspiração e objetivos reacionários”.<sup>10</sup> E a preocupação da imagem do Brasil no exterior é evocada prontamente: “[esta] afirmação correu o mundo com a velocidade de um 'slogan' publicitário”<sup>11</sup>. Esta é a terceira das tendências de longa duração referidas, que acompanham por todo o período aqui estudado o jornal *O Globo*. Ainda na capa da mesma edição encontra-se a seguinte manchete: “O Brasil está sendo objeto de campanha internacional, diz Lacerda”<sup>12</sup>.

É evidente que, dada as circunstâncias, ainda que não houvesse nenhuma tendência de longa duração em questão, era bastante plausível haver expectativas e acusações deste tipo. Entretanto, além da preocupação com a imagem do país exposta no editorial, se evidenciam outros elementos. Ainda no editorial lemos: “porque enfim a verdade é esta e deve ser dita: o Brasil estava sob ameaça mortal e o Brasil se defendeu para sobreviver, (...) sendo que ao defender-se a si próprio defendeu também o resto do hemisfério e fortaleceu, em termos universais, a causa da liberdade”<sup>13</sup>. Para Carlos Fico, nas várias idéias que se fazem sobre o país “é comum certo grau de empáfia, segundo o qual o Brasil situa-se em pé de igualdade com os grandes países. A questão, por exemplo, da hegemonia

---

<sup>10</sup> *O Globo*. *Onde estava a reação*. Capa, 22-4-1964.

<sup>11</sup> *O Globo*. *O Brasil está sendo objeto de campanha internacional, diz Lacerda*. Capa, 22-4-1964.

<sup>12</sup> *Idem*.

brasileira na América Latina é antiga”<sup>14</sup>. O grau de empáfia do periódico é um pouco maior do que o pretendido por Fico. A panacéia - a Revolução de Março - livrou da “crise moral” não só o Brasil, tão pouco a América Latina, foi salvo todo o hemisfério sul. É aqui que se define a terceira tendência a que nos referimos: a preocupação com a imagem do país no exterior.

Ainda baseados nessa última manchete podemos derivar um padrão de organização das notícias seguido pelo jornal *O Globo* em suas reportagens e manchetes. Perseu Abramo propõe alguns padrões de manipulação da realidade que podem ser deduzidos pela observação sistemática da forma como a mídia expõe suas matérias ao leitor. Um desses padrões enunciados por Abramo é o da *inversão da versão pelo fato*. É um padrão ligado diretamente a imparcialidade do veículo de imprensa. As manchetes constantemente são frases de uma ou outra autoridade militar ou civil. Para Abramo, existem duas formas de manifestação deste padrão. A primeira é o *frasismo*, na qual a opinião de alguém substitui a exposição dos fatos. Carlos Lacerda disse que “o Brasil está sendo objeto de campanha internacional”. A reportagem não aponta outra coisa, além da fala do governador como prova da existência de tal campanha. E para o periódico tal campanha existe. A versão substitui o fato. A segunda é o *oficialismo*, na qual se verifica um extremo crédito na versão oficial dada sobre os acontecimentos.

---

<sup>13</sup> O Globo. *Onde estava a reação*. Capa, 22-4-1964.

<sup>14</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1997. p. 47.

Podemos verificar a incidência deste padrão numa manchete que se encontra na capa da edição do dia 2 de abril de 1965: “Costa e Silva: só dez anos de Ato Institucional podem normalizar a vida brasileira”<sup>15</sup>. A reportagem não traz nenhum debate acerca do tema, o leitor recebe do jornal a idéia pronta e acabada. O jornal faz do veredicto dado pela oficialidade a sua voz, faz da versão o fato. É interessante, como, nessa matéria, já, com um ano de ditadura militar, pode-se perceber no discurso da oficialidade a justificativa para a perpetuação do regime,

o Ministro da Guerra, Costa e Silva, afirmou que se soubesse do estado em que se encontrava o País há um ano, ele como integrante do Comando Supremo da Revolução, juntamente com seus companheiros teria fixado um prazo maior para a vigência do Ato Institucional.<sup>16</sup>

Um ano após o golpe a necessidade de justificar-se no poder parece estar na ordem do dia.

---

<sup>15</sup> O Globo. *Costa e Silva: só dez anos de Ato Institucional podem normalizar a vida brasileira*. Capa, 2-4-1965

### 3. Mídia?

Para História, bem como para a maioria das Ciências Sociais, a imprensa ainda é um problema recente. A historiografia dita positivista que entendia o devir histórico como o desenvolvimento das instituições do Estado e, portanto, fazia História baseada nos documentos oficiais, de maneira nenhuma poderia conceber a imprensa uma fonte histórica segura e fidedigna. No Brasil, dois autores especialmente foram responsáveis por introduzir a imprensa como fonte de preocupação em suas pesquisas: Danton Jobim e Gilberto Freire.

Gilberto Freire foi o primeiro historiador, no Brasil, que dedicou-se, de maneira sistemática, a utilizar a imprensa em seus estudos. Em dois livros, *Inglese no Brasil* e *O Escravo nos Anúncios de Jornais do Tempo do Império*, Freire fez de jornais as fontes principais de sua pesquisa, e em outros, como é o caso de *Ordem e Progresso*, também se fez valer deles na execução de seu trabalho. Danton Jobim se preocupou em entender como se daria a organização da imprensa tendo em vista o desenvolvimento da sociedade capitalista. O autor

---

16 Idem.

acreditava que a imprensa tenderia, com o passar do tempo, a tornar-se mais fiel à realidade, deixaria o partidarismo em prol da informação isenta de deformações. Jobim entendia que o leitor, cada vez mais, buscaria a informação condizente com a realidade e que por isso, e não por uma questão simplesmente ética, os órgãos de imprensa seriam forçados a cada vez mais buscar a isenção na produção de seus jornais e periódicos. Contudo, esses esforços de encarar a mídia como fonte e objeto de pesquisa foram esparsos e a historiografia só veio a se ocupar de forma mais sistemática da imprensa nas últimas três ou quatro décadas.

Aqui é o lugar já de demarcarmos nossa primeira posição: este trabalho não foi executado sob o entendimento de que o discurso da imprensa se apresenta de forma objetiva tal qual um inventário da realidade concreta. Isto, pois, as matérias publicadas por um jornal são, como qualquer outro relato sobre a realidade, um discurso produzido por um dos agentes desta realidade. Um agente que a encara por um ângulo absolutamente particular e que, portanto, não consegue compreender o real em sua totalidade. Constitui-se assim qualquer discurso, desde o discurso do jornalista ao do historiador. Isto nos aproxima bastante de parte da historiografia contemporânea que trata do tema, como é o caso de Pierre Nora cujas idéias veremos mais à frente.

Conforme algumas considerações- feitas por Antônio Fausto Neto, é necessário que nos atentemos para que a mídia, no momento em que noticia um determinado acontecimento, influência determinantemente no devir deste

acontecimento. Isso se dá muito intensamente na esfera política. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, grande parte das atividades do Estado necessita, para sua efetiva concretização, dos meios de comunicação de massa. E neste caso, além de intermediária entre o fato e a população, a mídia se transforma agente dos acontecimentos. Desta forma, a mídia (voluntariamente ou não) tem a possibilidade de alterar a percepção do receptor em relação ao fato, alterando a realidade que cerca o acontecimento em questão. Torna-se, portanto, inviável dissociar do relato da mídia sua inerente carga de subjetividade. E nesta subjetividade que está a grande importância de se estudar os veículos de mídia para o entendimento do que podemos chamar de História do História Presente.

O estudo da produção de um determinado discurso e de sua recepção, conforme acima exposto, envolve problemas cujas soluções diversas. Roger Chartier, em *A História Cultural — Entre práticas e representações* tenta constituir uma perspectiva teórica que consiga, além de entender as condições de produção dos discursos dos diferentes grupos (inclusive da mídia), estabelecer as condições de recepção destes discursos. Pois, é claro, o leitor (ou receptor) não apreende um discurso (que é, como acima exposto, uma representação particular da realidade proposta por um grupo específico) tal qual é produzido. A relação emissão-recepção não se dá sem interferências. Para Chartier,

a problemática do 'mundo como representação'<sup>1</sup> moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real.<sup>17</sup>

Portanto, seria absolutamente necessário dedicarmo-nos ao estudo das apropriações dos discursos por parte de seus receptores. Apesar de a proposta de Chartier ser, para nós historiadores, mais plausível do que, por exemplo, a de Paul Ricoeur (esta com uma concepção hermenêutica do processo de comunicação), pois ao contrário de Ricoeur, Chartier compreende as categorias de recepção de cada indivíduo não como universais mais como historicamente determinadas, sua execução, no presente trabalho, é inviável. Não existem fontes históricas suficientemente sistematizadas e acessíveis - como, por exemplo, relatos, diários pessoais, ou qualquer coisa semelhante com a opinião formulada pelos leitores dos jornais sobre estes - que nos forneçam dados sobre a apropriação dos discursos do jornal *O Globo* por parte de seus leitores. Isto como veremos abaixo não inviabiliza a execução desta pesquisa.

Resolveu-se, neste trabalho, adotar a proposta teórica dedicada à função da mídia nas sociedades contemporâneas do autor francês Pierre Nora. Antes de debruçarmo-nos sobre a discussão-de sua teoria devemos dar atenção à proposta de um outro autor, Robert Darnton. Em *O beijo de Lamourette*, Darnton,

---

<sup>17</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural - Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Editora

com base em uma experiência pessoal no jornalismo profissional, tenta traçar um arcabouço teórico que consiga compreender como se dá a feitura das matérias e como as preocupações dos jornalistas influenciam na execução de seu trabalho. Com o pressuposto de que o discurso jornalístico não reproduz a realidade tal como ela é, o historiador ex-jornalista acredita que a os problemas de não objetividade, inerente a este discurso, se dariam devido às preocupações dos jornalistas em montar suas matérias de acordo com a opinião dos outros jornalistas a respeito de seu trabalho. Para Darnton, o que se costuma chamar de *massa*, na verdade, seria um aglomerado de cidadãos absolutamente diversos, e este conceito, *massa*, a tentativa de dar ordem ao inordenável. Portanto, o autor não acredita ser possível que um periódico consiga manipular a realidade de acordo com seus anseios, pois o problema da apropriação do discurso por parte do receptor sempre tornaria esta uma impossibilidade. Para Darnton, além de impossível se pensar em massa e na possibilidade da manipulação desta, não existiria por parte dos veículos de comunicação nenhum interesse direto em manipular a realidade. O jornalista faria seu discurso com a preocupação de competir com seus pares e, com isso, tornar-se mais eficiente aos olhos de seus chefes e editores.

Embora não seja esta a hipótese principal deste trabalho pretende-se aqui mostrar que há, ao contrário do que supõe Darnton, por parte dos grupos

de mídia - bem como é possível que haja por parte de qualquer outro ator social -a intenção de manipular a realidade e moldá-la de acordo com suas próprias concepções de mundo. Não se trata de uma demonização dos meios de comunicação, mas qualquer discurso - voluntariamente ou não - passa pelo filtro de quem o produz. A realidade é apreendida por qualquer ator social (no caso, os veículos de mídia) e é resignificada em função dos valores e concepções de quem transmite o discurso. E todos os atores estão envolvidos em uma série de disputas em torno de interesses que envolvem diretamente a forma como cada um encara a realidade social que o cerca.

E esta é, de fato, uma das características fundamentais dos veículos de mídia nas sociedades capitalistas contemporâneas: o discurso da mídia é mais eficaz do que os demais discursos no sentido que consegue atingir um maior número de receptores possíveis. Não está se afirmando que a mídia consegue convencer todos com seu discurso, mas o fato é que (quase) todos tem conhecimento do que o grandes veículos de mídia veiculam e muitas vezes tem conhecimento apenas deste discurso sobre a realidade. Na contemporaneidade isto acontece mais fortemente com a televisão. No entanto, no Brasil, em meados da década de 60, a televisão ainda estava dando seus primeiros passos, e poucas eram as pessoas que tinham acesso a ela. Os meios de comunicação mais difundidos eram a imprensa escrita e o rádio.

De acordo com Pierre Nora a imprensa conseguiu monopolizar a produção do acontecimento: “é por intermédio deles (os *mass media*) e somente por eles que o acontecimento marca sua presença”.<sup>18</sup> A mídia detem o monopólio dos acontecimentos. A maioria dos fatos só se torna acontecimento a partir do momento em que são noticiados pela mídia. Do contrário, muitos fatos podem passar absolutamente despercebidos da sociedade ou do grande público. No Brasil existem alguns exemplos que podem ilustrar isto. Citaremos dois deles, ocorridos durante a ditadura militar. Em 1977, foi travada uma verdadeira batalha enxadrística entre o então Presidente da República, Ernesto Geisel, e ministro do Exército, o Sylvio Frota. Em 12 de outubro daquele ano esta batalha teve seu fim. De um lado, o ministro Frota, candidato a presidência da república nas eleições que em breve ocorreriam, no intuito de chegar ao poder, mesmo que para isto fosse necessário um golpe de Estado, e de outro, o presidente Geisel disposto a manter-se no poder, não lhe importando usar a força. Na manhã do dia 12, o presidente exonerou Frota de seu cargo. Frota, por sua vez, lançou mão de todos os dispositivos necessários para se efetivar um golpe de Estado, “seguiu à risca o manual dos *pronunciamentos* latino-americanos (...), o manual falhou”<sup>19</sup>. Em Brasília, o país corria o risco de um novo golpe de Estado, contudo o resto país amanhecia um tranquilo feriado dedicado a “Nossa Senhora Aparecida, padroeira

---

<sup>18</sup> NORA, Pierre. *O retorno do fato*. In: LE GOFF, Jaques & NORA, Pierre (orgs.). História: Novos problemas. Tradução: Théo Santiago. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 181

<sup>19</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.(a) p.25.

da nação, e comemorava mais um dia das crianças e as primeiras páginas da maioria dos jornais dedicava suas manchetes a estas comemorações. E não por que houvesse qualquer tipo de complô por parte dos donos dos meios de comunicação. O presidente da república conseguiu manter absoluto sigilo dos fatos - ao contrário do que pretendia Frota -, poucos civis se envolveram com o problema. Certamente se estes fatos houvessem se transformados em acontecimentos públicos e caso a opinião pública houvesse tomado conhecimentos deles o desfecho desta história poderia ter sido outro.

Outro exemplo bastante pertinente se refere especificamente ao jornal *O Globo*, e diz respeito ao processo inverso ao acima citado. O ano de 1968 foi, não só no Brasil, mas também em outros países com ao França, socialmente bastante agitado. As universidades brasileiras começavam a manifestar uma oposição mais contundente à ordem estabelecida. Foi, então, lançada pelo *O Globo* uma “Campanha de moralização das universidades brasileiras”. De concreto, nada foi feito para que esta campanha tivesse início, além do proferir das palavras. E de fato ela se transformou em uma coisa concreta e a sociedade tomou conhecimento dela. Os meios de comunicação de massa conseguem fazer com que palavras se transformem em coisas concretas, palpáveis. Isto se dá, por um lado, pelo monopólio da produção da informação, e por outro, pelo monopólio da recepção da informação.

---

<sup>20</sup> Maiores detalhes sobre a querela entre Sylvio Frota e Ernesto Geisel em GASPARI op. cit. p. 21-35.

Acreditamos e temos como pressuposto teórico-metodológico, portanto, que as notícias veiculadas por um meio de comunicação de massa são determinantes no desenrolar dos acontecimentos políticos e sociais, e que, além disto, estes meios de comunicação tem - ainda que limitado - o poder de transformar fatos irrelevantes em acontecimentos de suma importância e decretar anonimato a outros fatos absolutamente relevantes, mesmo que não possamos medir o efeito real desta manipulação que como já se tentou mostrar é ora voluntária, ora não.

#### 4. Interpretações sobre a Ditadura

As primeiras pesquisas de grande vulto acerca do tema foram empreendidas por pesquisadores chamados *brazilianists*. O estadunidense Thomas Skidmore, primeiro estudioso a tratar do tema, lançou um trabalho que já em 1966 reservava alguns capítulos ao golpe. Ainda que tenha, o primeiro trabalho sobre a ditadura, sido tão contemporânea dessa, foi somente a partir da década de 80 e 90 que se intensificaram os estudos sobre o regime militar. Isto devido a uma conjunção de fatores, a saber, proximidade temporal, dificuldade de acesso a fontes documentais (não tão sentida pelos *brazilianist* <sup>21</sup>) e falta de uma estrutura profissional de pesquisa no país, que só veio a se consolidar na década de 80<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 29.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 21.

A figura de Skidmore enseja uma primeira polêmica que devemos atenção: a disputa entre historiadores brasileiros e *brazilianists*, hoje já esquecida. Os historiadores brasileiros cultivaram certo desprezo em relação aos *brazilianists*, acusados de colaboracionismo com o serviço secreto estadunidense. Isso se deu, em larga medida, pelo fato de os *brazilianists* terem acesso a acervos documentais inatingíveis aos historiadores brasileiros<sup>23</sup>.

Outro historiador estrangeiro que merece destaque é Alfred Stefan. Em sua obra: *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira (1975)* Stefan, pode-se dizer, atende as preocupações da Ciência Política uma vez que tenta criar modelos explicativos de caráter holístico que dêem conta da organização da sociedade. Para Stefan, até 1964, os militares poderiam ser entendidos como um elemento reordenador, um padrão moderador, acionados para reequilibrar as disputas entre os diversos grupos políticos. Segundo Stefan, este padrão foi acionado basicamente em função de dois fatores principais: a sensação de catalepsia das instituições civis por parte dos militares e a ameaça concreta de quebra de disciplina e hierarquia, tão caras aos militares. Somado à isso haveria o fato de os militares terem acreditado que estavam preparados para resolverem os problemas do país.

Outro autor destacado é Wanderley Guilherme dos Santos. Este entende o conflito de 1964 pela noção de paralisia do sistema político. Segundo

---

<sup>23</sup> *Idem*, p. 22.

Santos, momentos como esse são marcados pelo acirramento da disputa entre os diferentes grupos políticos. E a opção por atitudes, como um golpe de Estado, são tomadas quando os diversos grupos se radicalizam em suas posições políticas. A radicalização de diferentes grupos em posições antagônicas levaria a uma catalepsia do sistema político.

Outra linha interpretativa nos chega pelo marxismo<sup>24</sup>. Este, na sua acepção clássica, entende que as mudanças na sociedade não são reflexo de mudanças no Estado. Como é sabido, para o marxismo, as mudanças na sociedade são fruto da luta de classe, de caráter essencialmente econômico, na qual o Estado é apenas um instrumento nas mãos da classe dominante. Portanto, aqui já demarcamos um cisma entre o marxismo e as visões da Ciência Política, como a de Stefan, já que esta última privilegia o estudo instituições políticas e, no nosso caso, das instituições, militares. O marxismo está especialmente preocupado com as estruturas econômicas e com o desenvolvimento do capitalismo.

Uma das críticas, sempre feitas ao marxismo, que por vezes, de maneira equivocada, põem em pé de igualdade visões absolutamente diversas, se refere ao determinismo econômico. Tais críticas dizem que interpretações que

---

<sup>24</sup> Ver *Idem*, p. 22.

valorizam demasiadamente as determinações econômicas acabam por concluir a inevitabilidade do golpe sem deterem-se à pesquisa empírica mais rigorosa.<sup>25</sup>

Uma das interpretações clássicas do tema é a de Jacob Gorender que pontua a crise econômica de 1962-65 como a primeira crise cíclica do capitalismo brasileiro, o que dá-nos sinal de seu amadurecimento à época. Na análise de Gorender destacam-se dois pontos centrais: primeiro, o Brasil estaria, no princípio de 1964, em uma situação pré-revolucionária de esquerda, e a classe dominante optou por uma resposta autoritária a situação; e, somado a isso, em função da crise econômica e das “reformas de base” de Goulart, a burguesia nacional teria optado pela saída da “modernização conservadora”. Para Gorender o golpe foi uma mudança na natureza da dominação de classe, antes de traços populistas, pós-golpe, autoritários.

Ainda dentro do marxismo Dreifuss, cientista político, tenta fazer com seu livro *1964: A Conquista do Estado*, uma análise que de maneira alguma pode ser acusada de determinismo econômico vulgar<sup>26</sup> e que pode ser considerada bastante consistente em função da extensa base documental de sua pesquisa. Sua preocupação se volta às disputas políticas internas polarizadas por dois grupos: de um lado, a elite política populista e, de outro, uma elite econômica representada, como Dreifuss classifica, pelo bloco multinacional associado, formada a partir da segunda metade da década de 50 e nos primeiros anos da década de 60. O golpe

---

<sup>25</sup> Ver *Idem*, p. 33.

se deu, para Dreifuss, em função da necessidade desta elite econômica consolidar seu poder político. Dreifuss difere de Gorender, pois não vê o golpe, fundamentalmente como uma mudança na forma de controle das classes dominantes (de populista para coercitivo), mas principalmente como uma disputa pela consolidação do capital estrangeiro nos quadros políticos nacionais.

Sua pesquisa detém-se fundamentalmente no estudo do complexo Instituto de Pesquisa e Estudos Sócio-econômicos e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD). Subsidiados por consideráveis apoios financeiros, esses dois institutos empreenderam uma forte campanha ideológica contra o comunismo, contra as oligarquias rurais e contra o populismo. Esta estratégia de ação dependeu não só da severa campanha ideológica, mas também dos militares que faziam parte dos quadros dos institutos, o que para Dreifuss foi fundamental para a organização do golpe.

Um autor que compartilha da tese de que o golpe veio hegemonizar os interesses do capital internacional no âmbito político nacional é Daniel Aarão Reis Filho. No entanto, Reis Filho não valoriza da mesma maneira a ação do IPES/IBAD. Segundo ele, Dreifuss superestima a ação do complexo dando-lhe demasiada força de condução das mudanças sociais e do processo histórico.

Em alguma medida valorizadoras' da base econômica como fator de determinação do processo histórico, as perspectivas acima citadas são

---

<sup>26</sup> *Idem*, p. 35

contrapostas por interpretações de autores com inspiração teórica diversa. Um dos teóricos aos qual nos referimos é Gláucio Ary Dillon Soares. A noção de que o regime instaurado após o golpe foi se transformando, pouco a pouco, num regime somente de caráter militar, cujas lideranças civis foram solapadas do processo, é bastante consensual. Entretanto, Soares propõe uma outra interpretação: a de que não só o regime foi essencialmente militar, mas também sua preparação. Seria os própria instituição militar o fator preponderante e a principal causa explicativa do golpe. Este deve ser entendido pelo movimento da instituição militar com suas próprias razões para empreender o golpe, que passam ao largo de determinações extramilitares.

Para Carlos Fico<sup>27</sup> embora Soares não desconsidere o fato de ter havido apoio civil ao golpe sua interpretação deixa certa insatisfação, pois soa algo oficialista. Um dos argumentos de Soares para negar a determinação de interesses econômicos é de que os militares, em entrevistas concedidas ao pesquisador, todos eles, independente das divergências entre si corroboraram a idéia de que as motivações para o golpe eram de ordem política: anticomunismo, quebras de hierarquia, agitação social, etc. Nesse sentido a visão de Soares é a visão dos próprios militares, como se eles, os protagonistas fossem os mais capacitados a falar sobre o assunto. Este é um erro constante na memorialística descuidada, isso pois desconsidera, na construção de suas hipóteses explicativas,

diversos fatores sociais a medida que toma os relatos dos agentes históricos como verdade e esquece estes agentes são, muitas da vezes, frutos e não causas dos processos históricos.

Outro fato a ser destacado na interpretação de Soares se remete a idéia de conspiração. A tese que norteia o livro de Dreifuss é de que o golpe foi resultado de uma prévia conspiração muito bem planejada e articulada<sup>28</sup>. Soares, ao lado de pesquisadores de inspiração teórica bastante diversa entre si, acredita que a conspiração, embora tenha de fato existido, não foi tão bem sucedida e articulada quanto pretende Dreifuss.

A historiografia contemporânea tem buscado soluções mais conciliatórias para polêmicas como esta<sup>29</sup>. Entre as idéias de conspiração bem articulada e movimento voluntarista Carlos Fico propõe a consideração de ambos os fatores. Por um lado, a preparação ideológica pré-golpe foi um movimento bem organizado pela burguesia através do IPES, por outro, a consumação do golpe, de responsabilidade do exército, teria sido realmente um movimento de ações desarticuladas, como foi, por exemplo, a ação precipitada de Mourão Filho.

Os problemas teóricos relativos às causas e determinações da ditadura e do golpe definidos da maneira como temos feito até então dividem as

---

<sup>27</sup> Idem, p.39.

<sup>28</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

<sup>29</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004, (a).

interpretações entre marxistas, com suas diversas formas de determinação econômica e suas antagonistas, na maior parte deles de formação da Ciência Política. Não obstante, a historiografia tem proposto novas questões ao objeto em questão. A historiografia a que nos referimos pode ser chamada, com alguma concessão à generalização, de “nova história”. Pode-se dizer que, em certa medida, esta historiografia busca atender questionamentos filosóficos acerca do “fim da razão moderna”<sup>30</sup>. Uma das apostas é na impossibilidade de explicações holísticas baseadas em grandes estruturas teóricas com validade universal tais quais propostas pelo marxismo e pela Ciência Política. A preocupação destes historiadores abandona as classes sociais, as determinações de última instância, os movimentos da macroestrutura e se volta à subjetividade do indivíduo, às mentalidades, à cultura. Boa parte dos trabalhos sobre o período tem-se dedicado às resistências políticas de oposição das artes, música, teatro, etc.

As recentes obras de Elio Gaspari - *A Ditadura Envergonhada*, *A Ditadura Escancarada*, *A Ditadura Derrotada* e *A Ditadura Encurralada* - parecem surgir em consonância com algumas preocupações desta historiografia, especialmente quando nos referimos a problemática da narrativa. Um dos aspectos que sobressaíram na obra de Gaspari foi o bom acolhimento da crítica jornalística e o sucesso editorial. O que acabou por dar palco a mais um episódio de uma velha disputa entre jornalistas e acadêmicos. No universo historiográfico

---

<sup>30</sup> *Idem*, p. 51.

as obras não foram recebidas com os mesmo olhos. Embora com um acervo documental invejável, por seu caráter inédito e exclusivo (milhares de documentos pessoais de Golbery do Couto e Silva e de Ernesto Geisel, muitas horas de entrevista com ambos e com Heitor Ferreira), as obras pecam por falta de rigor metodológico e conceituai. Um dos principais problemas das obras, como salienta Carlos Fico, diz respeito à utilização dessas fontes. Metodologicamente deixa a desejar por unilateralidade no recolhimento das fontes, produzindo, desta maneira, uma visão oficialista. Outro problema, também apontado por Fico, diz respeito à visão de História de Gaspari. O jornalista faz entender que todo o processo histórico se desenrolou ao gosto de alguns militares, podemos chamar grandes homens, especialmente, Golbery e Geisel:

O propósito era simples: tratava-se de explicar por que os generais Ernesto Geisel (o Sacerdote) e Golbery do Couto e Silva (o Feiticeiro), tendo ajudado a construir a ditadura entre 1964 e 1967, desmontaram-na entre 1974 e 1979<sup>31</sup>.

Para Fico,

trata-se de uma espécie bem tradicional de filosofia da história, na qual o sentido dos eventos decorre da psicologia de indivíduos notáveis, que, desse modo, teriam feito a ditadura e acabado com ela<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.13.

<sup>32</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004, (a), p. 57.

Gaspari também passa ao largo da pesquisa de Dreifuss como se setores civis economicamente importantes não tivessem se dedicado a nenhuma campanha ideológica.

## 5. Trajetória histórica

Feita uma explanação inicial sobre nossas premissas e sobre algumas de nossas conclusões podemos proceder a uma análise propriamente histórica do nosso objeto. Devemos, então, dedicarmo-nos a trajetória histórica do discurso do jornal *O Globo*. Parte dessa jornada já foi realizada no capítulo anterior, mas, ainda sim, cabe retomar algumas constatações a fim de aprofundá-las. Cabe, a fim de dar ordem ao desordenado - ainda que inorgânica a medida que as balizas temporais definidas por nós historiadores existem muito mais em nossas cabeças do que no devir histórico - definirmos marcos temporais que orientem nossos estudos. O primeiro período a ser destacado vai do início do governo ditatorial, abril de 1964, aos últimos meses deste ano.

Segundo Carlos Fico, os grupos acreditam que os problemas do país devem ser resolvidos por uma ou outra medida qualquer, obviamente se fartam de otimismo quando vêem suas idéias postas em prática. Tão grande quanto o otimismo inicial é o pessimismo que segue-o desastre da solução. A panacéia, então, muda de forma. É exatamente está a feição dos primeiros meses do discurso do jornal *O Globo*, o otimismo. Estamos falando do otimismo por

estarem se implementando as medidas que alavancariam o país ao desenvolvimento: a derrota do comunismo. Seria esta uma esperança sinceramente cultivada, reflexo de uma concepção de mundo que valorizava positivamente o golpe de 64, ou se trataria tão somente de uma propaganda política e ideológica? A resposta é: nenhuma coisa, nem outra. Ingênuas suposições seriam acreditar que tudo no discurso do periódico é deliberada manipulação. Nem, sequer, há algo que comprove isto. Não compartilhamos da tese como a fazem alguns intelectuais e militantes ligados à esquerda política, que tende a encarar qualquer postura política, que não a sua, como manipulação de interesses taciturnos. O fiel da balança entre “ideologia legítima” x “manipulação da realidade” não será qualquer concepção teórica, será sim o veredicto do fato. O que temos de fato concreto é o histórico de uma relação do jornal *O Globo* com o governo militar recheada de acontecimentos obscuros e episódios fraudulentos (capítulo 5). Portanto, é plausível inferir que além de se enquadrar numa tendência de longa duração e de compartilhar de posturas políticas semelhantes a dos militares o discurso do jornal *O Globo* continha um caráter propagandístico.

Voltemos ao recorte temporal a que nos propusemos. O otimismo a que nos referimos anteriormente pode ser medido, nos primeiros meses do período ditatorial no discurso do jornal *O Globo*. Podemos destacar o primeiro período, entre abril de 1964 e os últimos meses desse ano, como um momento de

euforia inicial com o sucesso do golpe de 64, ou, como preferem seus partidários, da Revolução de Março:

O que houve não foi golpe nenhum e sim revolução em defesa de interesses permanentes, como a liberdade e a independência, a tradição cristã, a vocação democrática, os bens do trabalho e da terra, o pão e a honra de seus filhos. Foi revolução sim (...) porque foi feita com os olhos voltados mais para o futuro do que para o presente e o passado.<sup>33</sup>

Como já notamos o golpe vem sempre associado à idéia da defesa da “tradição cristã”. Este excerto torna-se expressivo, ainda, em virtude da enumeração das ideias as quais a “revolução” veio defender. Outro tema importante, por ser recorrente nas páginas do periódico, é a idéia da valorização do trabalho. O tema do trabalho é interessante em função da sua recidiva histórica. Foi o Estado Novo o primeiro a trabalhar a valorização do trabalho ligado a idéia de dignidade como o foi feito também no período militar pós-64.<sup>34</sup>

Pode-se dizer que durante o Estado Novo, a assim chamada 'identidade brasileira' seria amplamente redefinida (...). Muitos dos elementos que posteriormente, durante a ditadura militar pós-64, seriam utilizados pela propaganda política seriam utilizados nessa época: a valorização da mistura racial, a crença no caráter benevolente do povo, o enaltecimento do trabalho e uma certa idéia de trabalho -baseada nos princípios de coesão e cooperação.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> O Globo. *Onde estava a reação*. Capa, 22-4-1964.

<sup>34</sup> A este respeito consultar GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

A temática principal deste período é certamente o anticomunismo. Todas estas ideias de trabalho e tradição cristã aparecem em função de seu oposto: o comunismo. Até o fim de 1964, o periódico *O Globo* canta a vitória do “revolucionário de Março” sobre os comunistas ateus e corruptos. Este é o momento do otimismo.

Na trajetória histórica a que nos referíamos é possível, a partir do ano de 1965, identificar uma mudança na orientação geral das manchetes e notícias do periódico. Anteriormente vimos a ênfase na euforia da vitória do bem sobre o mau, ao passo que, do início do ano de 1965 até, aproximadamente, metade do ano de 1967, pode-se acompanhar, a ênfase em outras idéias. Se antes se anunciou que os problemas do país seriam resolvidos, no segundo momento vemos que para o periódico são necessárias outras medidas para a resolução de tais problemas. *O Globo* empenhou-se neste período em mostrar que Goulart, juntamente com os comunistas, haviam deixado o país em pior situação do que se imaginara. O jornal insiste reiteradas vezes na idéia de que o país deveria unir suas forças a fim crescer como nação: “Os atuais sacrifícios levam ao progresso, diz Otávio Bulhões (...). O professor Otávio Bulhões diz que são incontestes os resultados da primeira fase de combate a inflação”<sup>37</sup>. O jornal neste período

---

<sup>35</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1997. p. 34.

<sup>36</sup> *O Globo*. *Costa e Silva: só dez anos de Ato Institucional podem normalizar a vida brasileira*. Capa, 2-4-1965. <sup>37</sup> *O Globo*. *Os atuais sacrifícios levam ao progresso, diz Otávio Bulhões*. Capa, 23-4-1965.

aparece intimamente afinado com o discurso da oficialidade reafirmando a idéia de que o país deveria lançar-se ao trabalho, pois só assim o desenvolvimento seria possível. Interessante notar que o discurso da oficialidade, desde 1964, vinha já enfatizando a idéia de sacrifício da nação: “disse o Presidente que os brasileiros terão que participar da obra de reconstrução nacional”<sup>38</sup>.

Entretanto, somente em 1965 o discurso do *O Globo* se torna consonante com o dos militares. *O Globo* em momento algum denegriu a imagem do regime, mas em 1964 os temas mais enfatizados não eram os mesmo no discurso do periódico e no da oficialidade. Neste período nota-se um aumento significativo do padrão que chamamos anteriormente de *frasismo*. Grande parte das capas das edições pesquisadas para o período trazem frases do tipo: “Roberto Campos: a união dos brasileiros é essencial para tirar o país das dificuldades”<sup>39</sup>.

Neste período começam também aparecer notícias sobre os avanços conseguidos pelos militares principalmente no campo econômico. As manchetes que elencam os avanços econômicos conquistados pelo governo militar são inúmeras: “Nasce o Banco Central sob o Signo da Revolução”<sup>40</sup>, “Cruzeiro Símbolo de Grandeza”<sup>41</sup> quando do lançamento da moeda Cruzeiro Novo, “Empresariado reconhece esforço do governo para reerguimento econômico”<sup>42</sup>.

---

<sup>38</sup> O Globo. *O Discurso que a Nação Esperava*. Capa, 16-4-1964.

<sup>39</sup> O Globo. *Roberto Campos: a união dos brasileiros é essencial para tirar o país das dificuldades*. Capa, 2-11-1965.

<sup>41</sup> O Globo. *Nasce o Banco Central sob o Signo da Revolução*. Capa, 2-4-1965.

<sup>42</sup> Globo. *Cruzeiro símbolo de grandeza*. Capa, 16-11-1965

<sup>43</sup> O Globo. *Empresariado reconhece esforço do governo para reerguimento econômico*. Capa, 2-4-1966

Entretanto, as manchetes com temáticas anticomunistas, alertando para os riscos que o comunismo ainda representa não cessam. Há apenas uma mudança de ênfase, em privilégio das questões econômicas do país.

Este segundo momento pode ser considerado, no plano das representações da realidade feitas pelo periódico, uma conjuntura de transição entre o otimismo inicial, caracterizado pela panaceia militar, e a preocupação posterior com o futuro do país. Este terceiro momento pode ser entendido em função da não solução dos problemas do país em especial o problema da oposição de esquerda, representada nas palavras do jornal pelo comunismo, e, em segundo plano, os problemas econômicos.

Foi no ano de 1967 que novamente houve uma mudança drástica no discurso do jornal. Acompanhando a agitação vivida pela sociedade brasileira que se acirrou em 1968. Diante disso, *O Globo* retomou enfaticamente a temática do anticomunismo, que nos primeiros meses de 1964, vinha vinculado à declaração de vitória da ditadura. A partir de 1967, ela aparecia como alerta de perigo. Além do anticomunismo, podemos notar outra tendência. No final desse ano aparecem manchetes que nos permitem inferir que *O Globo*, já um ano antes do AI-5, tentava pressionar a opinião de seus leitores a favor do recrudescimento do regime. O editorial do dia 16 de novembro de 1967, fazia críticas severas, tanto ao Senado quanto ao Congresso, sugerindo que estas instituições eram empecilho ao desenvolvimento do país. O editorial apareceu por ocasião de convocações de

sessões extraordinárias no Congresso: “todas as correntes do País - menos, pelo visto o Congresso - têm participado ativamente na campanha em prol do fortalecimento do Legislativo”<sup>43</sup>. E no mesmo editorial, através de uma acusação de um deputado cujo nome não é mencionado no editorial: “No Senado, cada senador nomeia seus parentes, seus amigos e apaniguados, sem concurso (...), cada senador tem carro comprado por aquela Casa (...) [e] vai uma ou duas vezes por ano ao exterior”<sup>44</sup>. *O Globo*, voluntariamente ou não, trabalhava no sentido de denegrir a imagem do Poder Legislativo.

A mudança no discurso do periódico pode ser notada desde os primeiros meses do ano de 1967. Já se começava a configurar outra conjuntura na organização do discurso do periódico em relação aos problemas econômicos. Apesar de terem baixados os índices de inflação <sup>45</sup>, na primeira metade do ano 1967 o problema parecia não se ter sanado. O periódico se alinha novamente com o discurso da oficialidade no sentido de pedir paciência aos brasileiros pois os problemas serão resolvidos, “o Brasil ainda não saiu da crise da inflação. Daí não poder oferecer muito a ninguém, nem a empresários, nem a assalariados”<sup>46</sup>.

A conjuntura que começa a se delinear no ano de 1967 ganha forma definitiva em 1968. O periódico faz crer que a cidade do Rio de Janeiro em 1968 vivia uma verdadeira guerrilha urbana: “durante todo. o dia arruaceiros tentaram levantar as

---

<sup>43</sup> *O Globo. Austeridade impopular*. Capa, 16-11-1967.

<sup>44</sup> *Idem*.

<sup>45</sup> A inflação acumulada de 1964 foi de 89,9%, a de 1965 foi de 34,24% e a de 1966 foi de 39,12%. Fonte: Acervo on-line Folha da Manhã.

massas depois de insuflá-las com toda técnica. Nada conseguiram”<sup>47</sup>. Segundo o periódico, as universidades brasileiras haviam sido invadidas pelos comunistas. Nesse ano foi lançada pelo *O Globo* uma “campanha pela moralização nas universidades”. Segundo o jornal, estaria acontecendo nas universidades um “terrorismo cultural”, no qual os professores que não seriam comunistas estavam sendo marginalizados e sofrendo ameaças. Entretanto, em meio a inúmeras manchetes sobre a baderna causada pelos vermelhos sobressaia a firmeza do regime. Na capa da edição do dia 2 de abril de 1968, aparecem várias reportagens sobre badernas e agitações populares causadas pelos comunistas, e no centro a frase: “Costa e Silva: caos não volta”<sup>48</sup>. O periódico continuava em sintonia com o discurso oficial: “[Segundo Costa e Silva,] manteremos o atual regime revolucionário de qualquer forma. Não cederemos à desordem e a baderna. (...) O Brasil atravessa fase difícil, necessitando unir-se para trabalhar e progredir, ou então descambará para um regime de força”<sup>49</sup>. Pode-se inferir através de *O Globo* que o governo durante todo o ano de 1968 fazia alertas para as possibilidades do recrudescimento do regime.

---

<sup>46</sup> *O Globo*. *Prudência louvável*. Capa, 2-5-1967.

<sup>47</sup> *O Globo*. *Inimigos do Brasil*. Capa, 2-4-1968.

<sup>48</sup> *O Globo*. Costa e Silva: *Caos não volta*. Capa, 2-4-1968.

<sup>49</sup> *Idem*.

### **6. *Tupi or not tupi?***

Claire Booth Luce, embaixadora estadunidense na Itália, figura provavelmente não muito conhecida dos brasileiros das décadas de 50 e 60, estava, em meados de 1959, habitando com certa frequência as páginas de *O Globo*. Na ocasião em questão, final de fevereiro de 1959, Claire Luce havia se desligado da embaixada na Itália e sido transferida para a embaixada brasileira. O vespertino tecia com frequência elogios à Claire Luce, como por exemplo: “A diplomata tem o condão de atrair todas as simpatias”. As edições de 28 de fevereiro, 9, 10, 16, 17 e 18 de março e de 2, 3 e 4 de maio de 1959 trouxeram notícias sobre Claire Luce. A embaixadora, depois de transferida, não ocupou o cargo no Brasil por mais de alguns meses. E qual não foi a decepção de *O Globo* quando a embaixadora renunciou ao cargo: “A Embaixadora que os brasileiros desejavam”.

A pergunta que nos fica é: quais motivos levaram Roberto Marinho a tamanho interesse em elogiar Claire Luce? A resposta pode ser fruto de uma mera

coincidência, mas o fato é que Claire Booth Luce era esposa de Henry R. Luce, proprietário e diretor de um grupo de revistas, *Life*, *Time* e *Fortune*. Henry Luce era um dos homens mais importantes do jornalismo estadunidense. Esses fatos (os elogios à Claire Luce e o fato de ela ser esposa do proprietário de um grande grupo de mídia no Estados Unidos) podem não ter correlação entre si, e, realmente, pouco importa se os têm. Mas pode ter sido este, o prelúdio de um namoro entre Marinho e o grupo *Time-Life* que resultou no acordo que nos poremos à expor.<sup>50</sup>

Em 1961 o grupo, formado por dois grandes veículos de comunicação de massa estadunidense, *Timelife Broadcast Internacional Inc.* procurou Roberto Marinho a fim de firmar um contrato entre o grupo e as empresas da rede *Globo*. Aliás, com mesmo intuito, a *NBC (National Broadcasting Corporation)*, outra grande empresa da mídia estadunidense, também procurou as organizações *Globo*. Entretanto, segundo o próprio Roberto Marinho em depoimento dado a CPI que averiguava o contrato em questão, a proposta da *NBC* foi preterida, visto que esta não tinha experiência em mídia televisiva. A *Time-Life* já há alguns anos havia fundado uma emissora de televisão. E era este, a criação de uma emissora de TV, um dos principais objetivos de Roberto Marinho<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Os fatos aqui relatados foram extraídos do depoimento de João Calmon dado à Comissão Parlamentar de Inquérito, criada, pela Resolução n.º 185 de 1966, a fim de apurar acontecimentos que envolviam as organizações *Globo* e as empresas estrangeiras *Time* e *Life*. Versão parcial deste depoimento encontra-se em HERZ, Daniel. *A história secreta da rede Globo*. Porto Alegre: tchê!, 1987. Aliás vasta documentação sobre o tema encontra-se neste livro.

<sup>51</sup> HERZ, Daniel. *A história secreta da rede Globo*. Porto Alegre: tchê!, 1987. p. 94.

Na verdade, num primeiro momento, foram assinados dois contratos entre a *Globo* e a *Time-Life*: um chamado Contrato Principal e outro Contrato de Assistência Técnica. O que nos interessa nesses acordos é primeiro a ingerência, tanto administrativa e técnica quanto no tocante a orientação intelectual, na emissora de televisão *Globo*, por parte do grupo *Time-Life*, e depois, e ainda mais importante que isto, o caráter ilícito dos contratos (como se verá mais adiante), e a relação direta do governo Federal. Atemo-nos, por hora, à natureza dos contratos.

De acordo com Contrato Principal, a *TV Globo* (à época ainda não constituída como emissora de televisão) comprometia-se em, primeiro, construir um prédio, futura sede da emissora, em comprar o equipamento técnico necessário para transmissão de um canal de televisão e em obter a concessão do Ministério de Viação e Obras Públicas para operar o canal 4. Por sua vez, o grupo *Time-Life* responsabilizava-se por treinar, em suas dependências, pessoas enviadas da *TV Globo*, por repassar informações de direção administrativa e comercial, por prestar assessoria e consultoria em engenharia, planejamento, construção e operação de estúdios e equipamentos midiáticos, por orientar a futura emissora na aquisição de filmes e programas que fossem produzidos em território estrangeiro e por uma contribuição financeira. Este contrato previa, ainda, entre outras coisas, a participação, por parte de *Time-Life*, em 30% do

lucro líquido<sup>52</sup> da nova emissora. E neste dispositivo do contrato que se justifica, apesar de o presente trabalho dedicar-se ao jornal *O Globo*, o estudo da constituição da *TV Globo*. É claro que o simples fato de ser Roberto Marinho, dono de ambas empresas, já justificaria tal dedicação ao estudo da *TV Globo*, visto que isto resulta em uma orientação ideológica semelhante nestes veículos. Apesar deste contrato ter sido firmado entre a *TV Globo* e o grupo *Time-Life*, havia por parte do grupo total confiança na figura de Roberto Marinho. O pagamento da contribuição financeira à *TV Globo* tinha como exigência, por parte do grupo, que Roberto Marinho fosse proprietário de pelo menos 51% das cotas de capital da *TV Globo*. Roberto Marinho era homem de plena confiança do grupo *Time-Life*.

Já o contrato intitulado Assistência Técnica discriminava mais detalhadamente como se daria a prestação de serviços técnicos na área de mídia e administração televisiva. Neste contrato, o que mais nos interessa é uma disposição sobre a cessão de um gerente geral de televisão à *TV Globo*.

Estes dois contratos, firmados em 1962, foram, em 1965, substituídos por um terceiro contrato, desta vez era um Contrato de Arrendamento. O contrato mantinha as disposições gerais praticamente intactas. A grande mudança operada foi sobre a forma de pagamento do *Time-Life* à *Globo*. O prédio onde a tv operava

---

<sup>52</sup> Entende-se por lucro líquido, em oposição a lucro bruto, todo o dinheiro auferido por uma empresa, em um determinado período, descontadas todas as despesas com seu funcionamento. E por lucro bruto o dinheiro auferido sem o desconto das despesas com o funcionamento da empresa.

suas atividades foi vendido ao grupo estadunidense, e este por sua vez, o alugou à *TV Globo*. Havendo ainda uma alteração na taxa de lucro auferida pelo *Time-Life*, que de 30% do lucro líquido da *TV Globo* passava à 45% do lucro líquido mais 3% do lucro bruto. Isto daria mais de 50% do lucro líquido da empresa. De acordo com Daniel Herz, decidiu-se substituir os dois contratos iniciais por um terceiro, pois, já em fins de 1964, começaram a surgir denúncias sobre a irregularidade dos contratos e tanto a *Globo* quanto o *Time-Life* “perceberam a proximidade de dificuldades políticas à manutenção do vínculo entre as duas organizações”<sup>53</sup>.

As contribuições financeiras dadas pelo grupo estrangeiro à *Globo* caracterizavam investimento direto na empresa brasileira, o que era vedado pela lei. Foram enviados à emissora, entre maio de 62 e maio de 66, US\$ 6.090.730,53 o que equivalia, de acordo com o câmbio da época à mais de Cr\$10,1 bilhões. Isto representava 10 vezes o patrimônio total da *TV Globo*. Além disso, desde do começo de seu funcionamento até março de 1966 a *Globo* já tinha acumulado um prejuízo de aproximadamente Cr\$ 4,1 bilhões e, portanto, não conseguiria manter-se sem o investimento direto do *Time-Life*.<sup>54</sup>

Um dos principais denunciadores das irregularidades dos contratos foi Carlos Lacerda, então governador da Guanabara. Aliás, este é um dos episódios das primeiras crises sofridas pela articulação que conquistara o Estado com o

---

<sup>53</sup> HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: tche!, 1987. p. 128.

golpe militar de 1964. Políticos nacionalmente importantes como Lacerda e Ademar de Barros, presidente de Minas Gerais, acabaram por ser alijados do dito “processo revolucionário” em função da centralização do poder e as consequentes restrições feitas às administrações estaduais. Havia, por parte desses políticos, a preocupação e o intuito da não perpetuação dos militares no poder.

Os dois primeiros acordos feitos entre as empresas, assim como o terceiro, foram considerados, pela CPI que julgou o caso, irregulares perante à lei brasileira vigente à época. Segundo o parecer final do relator da comissão, deputado Djalma Marinho:

1º) Os contratos firmados entre *TV Globo* e *Time-Life* ferem o artigo 160 da Constituição, porque uma empresa estrangeira não pode participar da orientação intelectual e administrativa de sociedade concessionária de televisão; por isso, sugere-se ao Poder Executivo aplicar à empresa faltosa a punição legal infringência daquele dispositivo constitucional;

Contudo, neste acordo entre a *TV Globo* e grupo *Time-Life* estavam envolvidos interesses de outras pessoas. Como é possivelmente o caso do ministro da Fazenda, Roberto Campos. Um dos depoentes na CPI em questão, era João Calmon, presidente da ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). Ele aponta, além de alguns outros indícios, que o ministro da Fazenda, quando o caso estava sob análise do CONTEL (Conselho Nacional de

---

<sup>54</sup> HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: tche!, 1987 p. 186.

Telecomunicações), procurou o presidente do conselho, Euclides Quandt de Oliveira, com a alegação de que a decisão do CONTEL sobre o caso deveria ser protelada tendo em vista que a legislação que regulamentava este tipo de transação estava em vias de ser alterada.

O CONTEL, também após avaliar as denúncias feitas por Carlos Lacerda, emitiu, em maio de 1966, seu parecer final. Primeiramente, em agosto de 1965, a Divisão Jurídica do conselho emitiu um parecer que confirmava a ingerência do grupo estrangeiro na administração da emissora, e concluía que se deveria caçar a concessão do canal 4 cedida à *TV Globo*. O parecer final do CONTEL chegou à mesma conclusão sobre a irregularidade do acordo. Contudo, havia uma diferença no parecer final do conselho. Apesar de constatar a ilicitude, o CONTEL não sugeria que se aplicasse a punição prevista na lei. Ao invés disso, concedeu à *Globo* um prazo de 90 dias para que regularizasse sua situação, adequando-se à lei.

Enfim, em agosto de 1966 a CPI havia chegado à conclusão sobre a irregularidade do financiamento feito pelo grupo estrangeiro à *Globo*. E o que realmente nos interessa aqui é o desfecho dos fatos. A *TV Globo* entrou com um recurso à presidência da República contra as conclusões finais tiradas pela CONTEL. O presidente da República, Castelo Branco, indeferiu o pedido. A *Globo* então encaminhou um novo pedido, ainda a Castelo Branco de reconsideração. O presidente, por sua vez, pediu ao consultor-geral da república,

Adroaldo Mesquita da Costa, um parecer sobre o caso. O vai-e-vem judicial prorrogou-se até que Costa e Silva tomou posse na presidência da República. A presidência da República, então, em 20 de outubro de 1967 emitiu o parecer definitivo que apesar, das conclusões chegadas por outras investigações, concluiu que não havia nenhuma irregularidade no acordo estabelecido entre a *Globo* e o *Time-Life*.

## Conclusão

Este relatado no capítulo acima envolve inúmeros outros detalhes, fatos e nomes que aqui não foram narrados por não ser este, especificamente, o objeto de estudo do presente trabalho<sup>55</sup>. Aliás, o contato entre Roberto Marinho e a ditadura também envolve outros episódios, como a lista de telefones de Golbery do Couto e Silva chefe do Serviço Nacional de Inteligência, um inventário de nomes, criado quando da fundação do SNI, com os quais se deveria manter contato semanal. Entre inúmeros outros nomes, constava o de Roberto Marinho.<sup>56</sup> Entretanto, aqui, tentou-se apenas mostrar algo que em princípio pode parecer óbvio, mas que também parece carecer de fatos objetivos que lhe sirvam de provas: a *Rede Globo*, ou, em outros termos, Roberto Marinho, para além de uma concepção ideológica semelhante à do governo militar, tinha vínculos de compromisso que os unia visceralmente. A velha e eficiente política do “toma lá, dá cá”. Por um lado a *Rede Globo*, defendeu o regime militar (e o fez até o seu fim) e por outro o governo ditatorial proporcionou à Roberto Marinho o início da construção do seu império de mídia no Brasil.

Podemos também tecer outras inferências. Existem dois fatos que coincidem temporalmente, e, apesar de não termos prova definitiva da ligação

---

<sup>55</sup> Para maiores detalhes HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: tche!, 1987.

<sup>56</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.(a) p.162-3.

direta entre eles, pode ajudar a explicar parte das mudanças ocorridas no discurso do periódico apontadas no capítulo quinto. Observa-se, primeiro, por volta do ano de 1966, o discurso de *O Globo* cada vez mais semelhante ao discurso da oficialidade e, depois, os fatos que dizem respeito à fundação da *TV Globo*. Diante disso, podemos inferir que as mudanças no discurso do periódico, ocorridas por volta de 1965, têm suas origens no estabelecimento do contato direto entre *O Globo* e os militares.

A outra conclusão desta pesquisa se refere à possibilidade de enquadrarmos o discurso do periódico *O Globo* no arcabouço teórico proposto por Carlos Fico; (1) a idéia de “correção de rota”, segundo a qual o Brasil se encontra sempre à um passo do desenvolvimento impossibilitados por um obstáculo que tende a ser encarado como o grande problema do país associada a idéia da existência de uma panacéia, segundo a qual uma determinada medida é eleita como a salvação de todos os males que afetam o país e ainda; e a constante preocupação; (2) a idéia de “crise moral” que assola o povo brasileiro; (3) e a preocupação da imagem do Brasil no exterior associada a uma pretensa sensação de importância do país no cenário mundial.

## Bibliografia

- ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino* (imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural - Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem: Os casos Corona e Cazuza*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora Ltda., 1991.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

- FICO, Carlos. *Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1997.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*. São Paulo: Sumus, 1987.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: tche!, 1987.
- JOBIM, Danton. *O espírito do jornalismo*. São Paulo: Edusp, Com-Arte, 1992.
- MOTA, Carlos Guilherme & CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo*. São Paulo: IMPRES, 1981.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jaques & NORA, Pierre (orgs.). *História: Novos problemas*. Tradução: Théo Santiago. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

- PEREIRA JÚNIOR, Dimas Sales. *Diário de Notícias na crise de 1955: disputas políticas e práticas jornalísticas*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, PPHIS, 2000.
- REIS FILHO, Daniel Arão & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução - documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- ROBIN, Régine. *História e linguística*. Trad. Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização Autoritária: do Golpe Militar a redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda (org.) *História Geral do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1990.